

## RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

### SENHORES ACIONISTAS

De acordo com os dispositivos legais e estatutários, submetemos à apreciação de V.Sas. as demonstrações financeiras relativas ao semestre findo em 30 de junho de 2011, acompanhadas das notas explicativas e do relatório dos auditores independentes.

### CENÁRIO ATUAL

A Panamericano Arrendamento Mercantil S.A. ("Panamericano Leasing" ou "Companhia") é uma empresa controlada pelo Banco Panamericano S.A. ("Panamericano"), que detém 99,97% de seu capital total. A empresa é de capital aberto, entretanto não tem ações negociadas em Bolsas de Valores. Atua basicamente no segmento de financiamento de veículos novos e usados, através de operações de *leasing* financeiro.

### EVENTOS RECENTES

Em 31 de janeiro de 2011, o Grupo Silvio Santos ("GSS"), então acionista controlador do Panamericano, através da Silvio Santos Participações S.A. ("SSP") e da BF Utilidades Domésticas Ltda. ("BF"), celebrou com o Banco BTG Pactual S.A. ("BTG Pactual") contrato de compra e venda de ações e outras avenças por meio do qual o BTG Pactual comprometeu-se a adquirir a totalidade das ações do Panamericano de titularidade do GSS pelo preço de R\$ 450 milhões, corrigidos a partir da data de conclusão do negócio até a data de seu efetivo pagamento por 11% da Taxa DI. O efetivo pagamento poderá ser feito a qualquer momento, a critério do BTG Pactual, até 31 de julho de 2028, ficando o valor a ser pago limitado à importância máxima de R\$ 3,8 bilhões. Na mesma data, o BTG Pactual e a Caixa Participações S.A. ("CAIXAPAR") celebraram novo acordo de acionistas do Panamericano, com entrada em vigor após a conclusão da transferência do controle, incluindo a substituição do então controlador pelo BTG Pactual e a manutenção das principais condições do acordo anterior.

Em 30 de março de 2011, a Diretoria Colegiada do Banco Central do Brasil ("Bacen") manifestou-se favoravelmente à alteração no grupo de controle do Panamericano, com a entrada do BTG Pactual em lugar da SSP e BF.

Em 27 de maio de 2011, foi concluída a aquisição pelo BTG Pactual da totalidade das ações de emissão do Panamericano de titularidade da SSP e da BF. Ademais, em 13 de junho de 2011, o Bacen aprovou de forma definitiva a transferência de ações acima mencionada, retroativamente ao mesmo dia 27 de maio de 2011. Desta forma, o BTG Pactual passou a controlar indiretamente a Companhia, junto com a CAIXAPAR.

### DESEMPENHO FINANCEIRO

A redução das receitas com operações de arrendamento mercantil, reportada no 1º trimestre de 2011, se manteve ao longo do 2º trimestre, gerando um resultado de R\$ 334,8 milhões no 1º semestre de 2011, comparado à receita de R\$ 417,9 milhões em igual período no ano de 2010. A menor produção no período deveu-se à queda na demanda do mercado de *leasing* como um todo. Apesar do aumento do IOF de 1,5% para 3,0% nas operações de financiamento através do CDC, para pessoas físicas, a menor atratividade da operação de arrendamento, aliada ao maior rigor na concessão de créditos sob a nova administração, fez com que a produção de novas operações diminuísse. Além disso, o fato de os Governos Estaduais iniciarem a cobrança de todos os encargos de multas e impostos dos veículos financiados via arrendamento dos arrendadores auxiliou na diminuição do interesse nesta modalidade de crédito por parte do Panamericano.

As concessões de crédito através de arrendamento mercantil representaram no Banco Panamericano 1,3% dos financiamentos de veículos no 1º semestre de 2011, com uma produção média mensal de R\$ 7,0 milhões no período. Apesar da redução no volume de operações e consequente redução nas Rendas de Intermediação Financeira no período, os menores custos de captação, aliados a uma

redução significativa nos níveis de Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa, contribuíram para um Resultado Bruto da Intermediação Financeira de R\$ 36,5 milhões durante os seis primeiros meses de 2011, um incremento de 11,4% se comparado ao 1º semestre de 2010, e um Resultado Operacional positivo em R\$ 8,9 milhões em comparação aos R\$ 3,6 milhões negativos do mesmo período em 2010. O Panamericano Arrendamento Mercantil apresentou, no 1º semestre de 2011, um Lucro Líquido de R\$ 29,7 milhões, comparável a um prejuízo de R\$ 2,7 milhões em igual período de 2010. Além dos fatores anteriormente mencionados, parte do lucro derivou de ativos fiscais diferidos no semestre.

### AUDITORES INDEPENDENTES

As demonstrações financeiras da Companhia passaram a ser auditadas, a partir do primeiro trimestre de 2011, pela PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes ("PWC"), em substituição à Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes. De acordo com o teor da Instrução CVM nº 381, a Companhia no trimestre não contratou e nem teve serviços prestados pela PWC, não relacionados à auditoria externa, em patamares superiores a 5% do total dos custos desta. A política adotada atende aos princípios que preservam a independência do Auditor, de acordo com critérios internacionalmente aceitos, ou seja, o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho, nem exercer funções gerenciais no seu cliente ou promover interesses deste.

### AGRADECIMENTOS

Agradecemos aos nossos colaboradores pelo empenho e engajamento na gestão dos eventos recentes e aplicação das novas diretrizes, e aos nossos clientes, investidores e parceiros que nos honram com seu apoio e confiança.

### DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO PARA OS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2011 E DE 2010 (Em milhares de reais - R\$)

	Nota Explicativa	2011	2010
<b>Receitas da Intermediação Financeira</b>		334.785	417.954
Operações de arrendamento mercantil		334.077	408.557
Rendas com títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos		708	9.997
<b>Despesas da Intermediação Financeira</b>		(298.241)	(385.138)
Operações de captação no mercado		(63.988)	(74.879)
Operações de arrendamento mercantil		(234.253)	(275.641)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	7	-	(34.618)
<b>Resultado Bruto da Intermediação Financeira</b>		36.544	32.816
<b>Outras Receitas (Despesas) Operacionais</b>		(27.635)	(36.436)
Receitas de prestação de serviços		431	-
Despesas de pessoal		(6.396)	(5.299)
Outras despesas administrativas	17.a	(26.776)	(34.405)
Despesas tributárias		(5.827)	(8.183)
Resultado de equivalência patrimonial	10	183	300
Outras receitas operacionais	17.c	12.682	12.935
Outras despesas operacionais	17.b	(1.932)	(1.784)
<b>Resultado Operacional</b>		8.909	(3.620)
<b>Resultado não Operacional</b>	22.c	1.083	(1.060)
<b>Resultado antes da Tributação</b>		9.992	(4.680)
<b>Imposto de Renda e Contribuição Social</b>	18.d	(19.705)	1.992
Provisão para imposto de renda		(14.731)	(26.467)
Ativo fiscal diferido		34.436	28.459
<b>Lucro Líquido (Prejuízo) do Semestre</b>		29.697	(2.688)
<b>Lucro Líquido (Prejuízo) por Ação - R\$</b>		2.699,73	(244,36)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

### BALANÇOS PATRIMONIAIS LEVANTADOS EM 30 DE JUNHO DE 2011 E DE 2010 (Em milhares de reais - R\$)

Ativo	Nota Explicativa	2011	2010	Passivo	Nota Explicativa	2011	2010
<b>Circulante</b>		145.097	127.179	<b>Circulante</b>		758.355	1.149.987
Disponibilidades		2.353	5.420	Depósitos		394.206	363.018
Operações de arrendamento mercantil		(55.452)	(28.796)	Depósitos interfinanceiros	13	394.206	363.018
Arrendamentos a receber - setor privado	6	338.581	403.230	Recursos de aceites e emissão de títulos		-	437.765
Rendas a apropriar de arrendamentos a receber	6	(321.003)	(388.516)	Recursos de Debêntures	12	-	437.765
Provisão para créditos de arrendamento mercantil de liquidação duvidosa	7	(73.030)	(43.510)	Outras obrigações		364.149	349.204
Outros créditos		175.362	109.075	Fiscais e previdenciárias	14	39.753	831
Diversos	8	175.362	109.075	Diversas	15	324.396	348.373
Outros valores e bens		22.834	41.480	<b>Exigível a Longo Prazo</b>		1.088.838	1.047.188
Outros valores e bens		9.360	18.920	Depósitos		314.473	-
Provisão para desvalorização de outros valores e bens		(5.975)	(4.021)	Depósitos interfinanceiros	13	314.473	-
Despesas antecipadas	9	19.449	26.581	Outras obrigações		774.365	1.047.188
<b>Realizável a Longo Prazo</b>		234.855	311.824	Fiscais e previdenciárias	14	212.601	208.860
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos		-	60.962	Diversas	15	561.764	838.328
Carteira própria	14	-	60.962	<b>Patrimônio Líquido</b>		135.636	138.833
Operações de arrendamento mercantil		-	-	Capital de domiciliados no País	16	141.521	141.521
Arrendamentos a receber - setor privado	6	449.101	675.833	Prejuízos acumulados		(5.885)	(2.688)
Rendas a apropriar de arrendamentos a receber	6	(449.101)	(675.833)				
Outros créditos		208.158	207.036				
Diversos	8	208.158	207.036				
Outros valores e bens		26.697	43.826				
Despesas antecipadas	9	26.697	43.826				
<b>Permanente</b>		1.602.877	1.897.005				
Investimentos		2.670	2.840				
Participação em coligada	10	2.670	2.840				
Imobilizado de arrendamento	11	1.600.207	1.894.165				
Bens arrendados		1.660.768	1.911.862				
Superveniência de depreciação	15	848.933	706.162				
Depreciação acumulada		(909.494)	(723.859)				
<b>Total do Ativo</b>		1.982.829	2.336.008	<b>Total do Passivo</b>		1.982.829	2.336.008

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

### DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA OS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2011 E DE 2010 (Em milhares de reais - R\$)

	Capital social	Aumento de capital	Reserva de lucros		(Prejuízo) Lucros acumulados	Total
			Legal	Outras		
<b>Saldos em 31 de Dezembro de 2009</b>	138.768	-	138	2.615	-	141.521
Aumento de capital com reservas e lucros	-	2.753	(138)	(2.615)	-	-
Prejuízo do semestre	-	-	-	-	(2.688)	(2.688)
<b>Saldos em 30 de Junho de 2010</b>	138.768	2.753	-	-	(2.688)	138.833
<b>Saldos em 31 de Dezembro de 2010</b>	141.521	-	-	-	(35.582)	105.939
Lucro líquido do semestre	-	-	-	-	29.697	29.697
<b>Saldos em 30 de Junho de 2011</b>	141.521	-	-	-	(5.885)	135.636

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

### NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2011 E DE 2010 (Em milhares de reais - R\$)

#### 1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Panamericano Arrendamento Mercantil S.A. ("Companhia") é uma empresa controlada pelo Banco Panamericano S.A., o qual detém 99,97% do seu capital. Suas operações são conduzidas no contexto de um conjunto de instituições que atuam integradas no mercado financeiro, utilizando a estrutura administrativa e operacional do Banco Panamericano S.A. Os custos provenientes dessas utilizações são alocados, conforme praticado, por meio de rateio entre as instituições.

#### 2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas com observância das diretrizes estabelecidas pela legislação societária brasileira, pelo Banco Central do Brasil - BACEN e pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC emitiu pronunciamentos relacionados ao processo de convergência contábil internacional, aprovados pela CVM, porém nem todos homologados pelo BACEN. Desta forma, a Companhia, na elaboração das Informações Trimestrais - ITRs, adotou os seguintes pronunciamentos já homologados pelo BACEN:

- CPC 01 - Redução ao valor recuperável de ativos - homologado pela Resolução CMN nº 3.566/08.
- CPC 03 - Demonstração do fluxo de caixa - homologado pela Resolução CMN nº 3.604/08.
- CPC 05 - Divulgação de partes relacionadas - homologadas pela Resolução CMN nº 3.750/09.
- CPC 25 - Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes - homologado pela Resolução CMN nº 3.823/09.
- CPC 24 - Evento Subsequente - homologado pela Resolução CMN nº 3.973/11.
- CPC 10 (R1) - Pagamento baseado em ações - homologado pela Resolução CMN nº 3.989/11.

#### 3. RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

a) Os arrendamentos a receber são atualizados monetariamente de acordo com as condições determinadas nos contratos de arrendamento e o efeito é creditado na conta "Rendas a apropriar de arrendamento mercantil". As contraprestações de arrendamento são registradas como receitas da intermediação financeira - operações de arrendamento mercantil pelo regime de vencimento das respectivas parcelas, conforme prevê a legislação aplicável.

b) As rendas das operações de arrendamento vencidas há mais de 60 dias, independentemente de seu nível de risco, somente são reconhecidas como receita quando efetivamente recebidas. As operações classificadas como nível "H" permanecem nessa classificação por 6 meses, quando então são baixadas contra a provisão existente e passam a ser controladas em contas de compensação, não mais figurando no balanço patrimonial.

c) Os títulos e valores mobiliários estão contabilizados pelo valor da aplicação, acrescido dos rendimentos auferidos até as datas de balanços, com base na taxa de remuneração e em razão da fluência dos prazos dos papéis, estão apresentados conforme disposto na Circular Bacen nº 3.068/01 e são classificados como:

- Títulos para negociação - são títulos e valores mobiliários adquiridos com o propósito de ser ativa e frequentemente negociados, ajustados pelo valor de mercado em contrapartida ao resultado do semestre.
- Títulos disponíveis para venda - são títulos e valores mobiliários que não se enquadram como para negociação nem como mantidos até o vencimento, ajustados pelo valor de mercado em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido, pelo valor líquido dos efeitos tributários. Os ajustes ao valor de mercado (ganhos e perdas não realizados) são registrados em conta destacada do patrimônio líquido, deduzidos dos efeitos tributários. Esses ganhos e perdas não realizados são reconhecidos no resultado do semestre, quando efetivamente realizados.
- Títulos mantidos até o vencimento - são títulos e valores mobiliários para os quais há intenção e capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento, avaliados pelo custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do semestre.

d) A participação em sociedade coligada é avaliada pelo método de equivalência patrimonial.

e) A depreciação dos bens do imobilizado de arrendamento é calculada pelo método linear, no prazo usual de vida útil, reduzido em 30% com amparo da Portaria nº 113/88 do Ministério da Fazenda, quando o arrendatário for pessoa jurídica e o prazo do contrato de arrendamento mercantil for equivalente a, no mínimo, 40% do prazo de vida útil do bem arrendado. Essa depreciação é contabilizada a débito de despesas da intermediação financeira - operações de arrendamento mercantil.

f) Os valores residuais garantidos, os quais representam as opções de compra a vencer, bem como suas respectivas atualizações, são registrados na rubrica "Valores residuais a realizar", tendo como contrapartida a rubrica "Valores residuais a balancear".

g) Na apuração do resultado do período é efetuado o cálculo do valor presente dos arrendamentos a receber, utilizando-se a taxa interna de retorno de cada contrato. O valor assim apurado é comparado com o saldo residual contábil dos bens arrendados e operações de arrendamento, registrando-se a diferença em insuficiência de depreciação, se negativa, ou superveniência de depreciação, se positiva. A superveniência de depreciação é creditada no resultado do semestre, na rubrica "Operações de arrendamento mercantil", e a insuficiência de depreciação, quando apurada, é registrada no resultado do semestre, como despesa, na rubrica "Operações de arrendamento mercantil", tendo como contrapartida o registro em bens arrendados. O efeito do imposto de renda sobre essa diferença é diferido.

h) A provisão para créditos de arrendamento mercantil de liquidação duvidosa é constituída de acordo com as normas estabelecidas na Resolução nº 2.682/99 do Conselho Monetário Nacional - CMN, editada pelo BACEN, e com base em estimativa da Administração para cobrir eventuais perdas na realização dos créditos.

i) A provisão para imposto de renda foi constituída à alíquota de 15% mais adicional de 10% sobre o lucro tributável, e a provisão para contribuição social foi constituída à alíquota de 15%, ambos calculados com base no lucro contábil ajustado pelas adições e exclusões de caráter permanente e temporário. Os impostos diferidos, calculados sobre as adições temporárias, são registrados na rubrica "Outros créditos - diversos", e a provisão para o imposto de renda diferido sobre a superveniência de depreciação é registrada na rubrica "Outras obrigações - fiscais e previdenciárias".

Os créditos tributários são constituídos às alíquotas de imposto de renda e contribuição social vigentes nas datas dos balanços, sobre os saldos de prejuízos fiscais e as diferenças temporárias das bases de cálculo destes impostos.

Em 30 de junho de 2011 e de 2010, foi constituído crédito tributário de contribuição social à alíquota de 15% apenas para as adições temporárias originadas a partir de maio de 2008, até o limite das obrigações de contribuição social correspondentes, em virtude de a Companhia estar questionando judicialmente a majoração da alíquota.

j) As demais receitas e despesas são contabilizadas de acordo com o regime de competência mensal.

k) Obrigações legais - Fiscais e previdenciárias a longo prazo referem-se a demandas judiciais em que estão sendo contestadas a legalidade e a constitucionalidade da Contribuição para o Programa da Integração Social - PIS e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS. Os montantes discutidos são integralmente registrados nas demonstrações financeiras, e atualizados de acordo com a legislação fiscal.

l) Contingência - Provisão para contingências cíveis e trabalhistas é constituída com base em análise e avaliação das ações judiciais, representadas substancialmente por ações cíveis referentes a danos morais, as quais são efetuadas pelos assessores jurídicos, sendo efetuada provisão de 100% do valor em risco para as causas avaliadas com probabilidade de perda "provável" e com base na perda média histórica para as causas avaliadas com probabilidade de perda "possível".

m) Redução do valor recuperável de ativos não financeiros: os ativos não financeiros estão sujeitos à avaliação ao valor recuperável em períodos anuais ou em maior frequência se as condições ou circunstâncias indicarem a possibilidade de perda de seus valores.

#### 4. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

##### Fundo de Investimento em Direitos Creditórios (FIDC)

A Companhia possuía cotas subordinadas do FF Multisegmento, encerrado em 29/06/2011 conforme balancete demonstrado abaixo:

	29/06/2011 (1)
<b>Ativo</b>	
Cotas de fundos de investimentos	16.983
Direitos creditórios	61.982
Provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa	(53.748)
Outros valores	28
<b>Total do ativo</b>	<b>25.245</b>

**Passivo**

Patrimônio líquido 25.245

**Total do passivo 25.245**

(1) Fundo encerrado em 29 de junho de 2011, conforme instrumento particular de transferência de ativos e quitação de obrigações desta data.

##### 5. SUPERVENIÊNCIA/INSUFICIÊNCIA DE DEPRECIAÇÃO

No semestre findo em 30 de junho de 2011, foi registrada superveniência de depreciação no valor de R\$ 58.925 (R\$ 105.867 em 2010), classificada como receita de operações de arrendamento mercantil.

##### 6. OPERAÇÕES DE ARRENDAMENTO MERCANTIL

As operações de arrendamento mercantil são contratadas de acordo com a taxa de juros prefixada, tendo o arrendatário a opção contratual de compra do bem.

Os valores dos contratos de arrendamento mercantil estão registrados a valor presente, apurado com base na taxa interna de retorno de cada contrato. Esses contratos, em atendimento às normas do BACEN, são apresentados em diversas contas patrimoniais, as quais são resumidas conforme segue:

	2011	2010
Arrendamentos a receber - setor privado	787.682	1.079.063
Rendas a apropriar de arrendamento mercantil	(770.104)	(1.064.349)
Imobilizado de arrendamento líquido de depreciação	751.274	1.188.003
Superveniência de depreciação (nota explicativa nº 11)	848.933	706.162
Credores por antecipação de valor residual (nota explicativa nº 15)	(731.513)	(757.717)
Valor presente dos contratos de arrendamento mercantil	886.272	1.151.162

No semestre findo em 30 de junho de 2011, foram recuperados créditos anteriormente baixados contra provisão para créditos de arrendamento mercantil de liquidação duvidosa no montante de R\$ 3.099 (R\$ 3.969 em 30 de junho de 2010).

Apresentamos, a seguir, algumas informações com base no valor presente das contraprestações:

##### a) Composição por vencimento

	2011	2010
Vencidos:		
A partir de 15 dias	33.173	23.965
<b>Total vencido</b>	<b>33.173</b>	<b>23.965</b>
A vencer:		
Até 90 dias	90.279	99.837
De 91 até 360 dias	231.845	261.150
Acima de 360 dias	530.975	766.210
<b>Total a vencer</b>	<b>853.099</b>	<b>1.127.197</b>
<b>Total geral</b>	<b>886.272</b>	<b>1.151.162</b>

##### b) Composição por segmento de mercado

	2011		2010	
	R\$	Percentual sobre o total	R\$	Percentual sobre o total
Setor privado				

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2011 E DE 2010 (Em milhares de reais - R\$)

## 11. IMOBILIZADO DE ARRENDAMENTO (LÍQUIDO DE DEPRECIACÃO)

	Taxa anual de depreciação - %	
	2011	2010
Veículos e afins	20,00 a 57,10	1.188.003
Superveniência de depreciação		706.162
<b>Total</b>	<b>1.600.207</b>	<b>1.894.165</b>

O seguro dos bens arrendados é efetuado pelas arrendatárias, com cláusula de benefício em favor da arrendadora.

## 12. RECURSOS DE ACEITE E EMISSÃO DE TÍTULOS - DEBÊNTURES

Em 1º de dezembro de 2010 foram liquidadas as debêntures.

## 13. DEPÓSITOS

São representados por captações em depósitos interfinanceiros pré e pós fixados junto ao Banco Panamericano S.A., controlador da Companhia. As captações pré-fixadas, com vencimento até novembro de 2011, são acrescidas de juros sendo a taxa mínima de 10,88% a.a. e a máxima de 11,81% a.a. As captações pós-fixadas, com vencimento até dezembro de 2014, estão atreladas à variação do CDI mais juros, sendo a taxa mínima de 1,95% ao mês e a máxima de 1,99% ao mês.

## 14. OUTRAS OBRIGAÇÕES - FISCAIS E PREVIDENCIÁRIAS

	2011	2010
Imposto de renda diferido (nota explicativa nº 18.a)	212.233	176.541
Provisão para riscos fiscais (*)	38.917	32.319
Refis Lei nº 11.941	418	-
Outros	786	831
<b>Total</b>	<b>252.354</b>	<b>209.691</b>
Circulante	39.753	831
Longo prazo	212.601	208.860
<b>Total</b>	<b>252.354</b>	<b>209.691</b>

(\*) Obrigação legal - refere-se à provisão para COFINS e o PIS que vêm sendo questionados judicialmente, amparados por sentença favorável de primeira instância. A Companhia está questionando essas contribuições na forma da Lei nº 9.718/98, e, segundo seus assessores jurídicos, as chances de perda são possíveis.

Em 30 de junho de 2011, o total de contingências fiscais relativas ao IPVA de bens arrendados, não pagos pelos arrendatários nos respectivos vencimentos, classificadas com probabilidade de perda possível, é de R\$ 8.718 (R\$ 7.800 em 30 de junho de 2010).

## 15. OUTRAS OBRIGAÇÕES - DIVERSAS

	2011	2010
Obrigação por recursos tomados com garantia (a)	140.087	420.420
Credores por antecipação de valor residual	731.513	757.717
Valores a pagar a sociedades ligadas (nota explicativa nº 19)	149	817
Arrendamento financeiro a liberar	578	2.149
Provisão para contingências cíveis e trabalhistas (b)	9.882	1.417
Outros	3.951	4.181
<b>Total</b>	<b>886.160</b>	<b>1.186.701</b>
Circulante	324.396	348.373
Longo prazo	561.764	838.328
<b>Total</b>	<b>886.160</b>	<b>1.186.701</b>

(a) Refere-se a operações de venda de direitos creditórios de operações de arrendamento mercantil

(b) Os processos cíveis e trabalhistas possuíam a seguinte classificação de risco:

Classificação de risco (b)	2011		2010	
	Quantidade de processos	Valor reclamado	Valor provisionado	Valor provisionado
<b>Perda provável:</b>				
Trabalhistas	15	5.024	771	36
Cíveis	615	16.112	1.824	428
Tributárias	64	11.861	7.287	-
<b>Total</b>	<b>694</b>	<b>32.997</b>	<b>9.882</b>	<b>464</b>
<b>Perda possível</b>				
Trabalhistas	-	-	-	206
Cíveis	-	-	-	747
<b>Total</b>	-	-	-	<b>953</b>
<b>Perda remota</b>				
Cíveis	421	3.945	-	-
<b>Total</b>	<b>421</b>	<b>3.945</b>	-	<b>1.417</b>

## 16. CAPITAL SOCIAL

O capital social, totalmente subscrito e integralizado, está representado por 11.000 ações ordinárias, nominativas, no valor unitário de R\$ 12.865,59 (R\$ 12.865,59 em 30 de junho de 2010) cada uma.

Aos acionistas é assegurado dividendo mínimo obrigatório de 5% sobre o lucro líquido anual ajustado na forma da lei. Não foi proposto dividendo, por não haver saldo em rubrica de lucros acumulados.

## 17. OUTRAS RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS

## a) Outras despesas administrativas

	2011	2010
Serviços prestados por terceiros	(20.196)	(28.793)
Despesas com taxas e emolumentos	(1.479)	(2.081)
Despesas de processamento de dados	(598)	(858)
Despesas de aluguel	(89)	(83)
Despesas com busca e apreensão de bens	(83)	(230)
Despesas com serviços do sistema financeiro	(632)	(600)
Despesas com acordos judiciais	(2.904)	(1.096)
Outras	(795)	(664)
<b>Total</b>	<b>(26.776)</b>	<b>(34.405)</b>

## b) Outras despesas operacionais

	2011	2010
Despesas com veículos apreendidos	(135)	(467)
Variação monetária passiva	(1.623)	(1.070)
Outras	(174)	(247)
<b>Total</b>	<b>(1.932)</b>	<b>(1.784)</b>

## c) Outras receitas operacionais

	2011	2010
Juros e multa sobre recebimentos em atraso	10.737	11.637
Reversão de provisão/bens não de uso próprio	997	307
Outras	948	991
<b>Total</b>	<b>12.682</b>	<b>12.935</b>

## 18. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) O imposto de renda e a contribuição social diferidos têm a seguinte composição:

	2011	2010
<b>Ativo</b>		
<b>Crédito tributário - imposto de renda:</b>		
Sobre prejuízos fiscais	174.042	126.559
Sobre superveniência de depreciação	162.053	126.559
Sobre atividade	11.989	-
Sobre diferenças temporárias	25.751	11.330
Sobre provisão para créditos de liquidação duvidosa	12.919	3.234
Sobre provisão de ações cíveis	456	62
Sobre provisão de ações fiscais	9.729	7.973
Sobre provisão de ações trabalhistas	193	61
Sobre provisão de ações tributárias	1.822	-
Sobre provisão de BNDU	632	-
Subtotal do imposto de renda diferido	199.793	137.889

## Crédito tributário - contribuição social:

	2011	2010
Sobre base negativa	6.457	120
Sobre diferenças temporárias	13.702	4.851
Sobre provisão para créditos de liquidação duvidosa	6.801	576
Sobre provisão de ações cíveis	166	-
Sobre provisão de ações fiscais	5.150	4.244
Sobre provisão de ações trabalhistas	112	31
Sobre provisão de ações tributárias	1.093	-
Sobre provisão de BNDU	379	-
Subtotal da contribuição social	20.158	4.971

## Total dos créditos tributários, classificados em

“Outros créditos - diversos”

	2011	2010
<b>Passivo</b>		
Provisão para imposto de renda diferido sobre a superveniência de depreciação, classificada em "Outras obrigações - fiscais e previdenciárias"	212.233	176.541

## b) Movimentação dos créditos tributários de imposto de renda e contribuição social:

	2011		2010	
	Imposto de renda	Contribuição social	Total	Total
Saldo inicial	172.416	13.099	185.515	114.401
(+) Constituição de créditos	34.622	11.406	46.028	42.492
(-) Realização de créditos	(7.245)	(4.347)	(11.592)	(14.033)
Saldo final	199.793	20.158	219.951	142.860

## c) Projeção de realização e valor presente dos créditos tributários:

O imposto de renda e a contribuição social diferidos serão realizados à medida que a Companhia gerar lucros tributáveis para compensar os prejuízos fiscais de acordo com o limite estabelecido pela legislação fiscal e à medida que as diferenças temporárias sobre as quais são calculadas sejam revertidas ou se enquadrem nos parâmetros de dedutibilidade fiscal. A seguir apresentamos o cronograma de realização dos créditos tributários:

Ano	2011		2010	
	Imposto de renda e contribuição social sobre diferenças temporárias	Imposto de renda sobre prejuízos fiscais	Total	Total
2010	-	-	-	5.554
2011	5.567	13.721	19.288	9.544
2012	11.134	12.056	23.190	9.347
2013	5.951	29.093	35.044	25.800
2014	769	58.897	59.666	54.317
2015	769	47.598	48.367	26.802
2016	384	19.133	19.517	-
2019	-	-	-	12.216
2020	14.879	-	14.879	-
<b>Total</b>	<b>39.453</b>	<b>180.498</b>	<b>219.951</b>	<b>142.860</b>

Em 30 de junho de 2011, o valor presente dos créditos tributários, calculados considerando-se a taxa média de captação, totalizava R\$ 149.352 (R\$ 97.056 em 2010).

## d) Movimentação do imposto de renda diferido passivo:

	2011	2010
Saldo inicial	197.502	150.074
(+) Constituição	14.731	26.467
<b>Saldo final em 30 de junho</b>	<b>212.233</b>	<b>176.541</b>

## e) Análise do cálculo das despesas de imposto de renda e contribuição social:

	2011	2010
<b>Base de cálculo</b>		
(Prejuízo) lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	9.992	(4.680)
Expectativa de crédito tributário (despesa) do imposto de renda e da contribuição social de acordo com a alíquota vigente (nota explicativa nº 3.i)	(3.997)	1.872
Ajuste de Crédito Tributário Exercícios Anteriores	2.136	-
Efeito do imposto de renda e da contribuição social sobre as diferenças permanentes:	73	120
Resultado de equivalência patrimonial	21.499	-
Reversão de Provisão - PDD Fundos de Investimento	(6)	-
Outras	19.705	1.992
Crédito (despesa) de imposto de renda e contribuição social	19.705	1.992

## 19. TRANSAÇÕES E SALDOS COM PARTES RELACIONADAS

As transações com partes relacionadas estão a seguir resumidas:

	2011		2010	
	Ativo (passivo)	Receitas (despesas)	Ativo (passivo)	Receitas (despesas)
<b>Disponibilidades</b>				
Banco Panamericano S.A.	491	-	4.523	-
<b>Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos</b>				
FIDC F.F. Multisegmento	-	-	60.962	9.397
<b>Outros créditos - diversos</b>				
Banco Panamericano S.A.	87.927	-	7.948	-
Panamericano Administradora de Cartões de Crédito Ltda.	361	-	225	-
<b>Depósitos interfinanceiros</b>				
Banco Panamericano S.A.	(708.679)	(47.662)	(363.018)	(14.007)
<b>Recursos de aceites e emissão de títulos - debêntures</b>				
Banco Panamericano S.A.	-	-	(159.453)	(6.932)
Panamericano Administradora de Consórcio Ltda.	-	-	(3.467)	(153)
Perícia Administração e Corretagem de Seguros Ltda.	-	-	-	(39)
Pessoal-chave da Administração	-	-	(32.640)	(1.458)

## RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Aos Administradores e Acionistas

## Panamericano Arrendamento Mercantil S.A.

Examinamos as demonstrações financeiras individuais da Panamericano Arrendamento Mercantil S.A. ("Instituição"), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2011 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

## Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

A administração da Instituição é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BACEN e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

## Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e a adequada apresentação das demonstrações financeiras da Instituição para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia dos controles internos da Instituição. Uma auditoria inclui também a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.

## Base para opinião com ressalva

A Instituição registra as suas operações e elabora as suas demonstrações financeiras com a observância das diretrizes estabelecidas pelo Banco Central do Brasil e pela Comissão de Valores Mobiliários para as sociedades de arrendamento mercantil, que requerem o ajuste ao valor presente da carteira de arrendamento mercantil como superveniência ou insuficiência de depreciação, classificada no ativo permanente. Essas diretrizes não requerem a reclassificação das operações para as rubricas do ativo circulante e realizável a longo prazo e das receitas e despesas de arrendamento mercantil, que permanecem registradas de acordo com a Lei nº 6.099/74, mas propiciam a apuração do lucro líquido e a apresentação do patrimônio líquido de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

## Opinião com ressalva

Em nossa opinião, exceto quanto a não-reclassificação descrita no parágrafo Base para Opinião com Ressalva, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Panamericano Arrendamento Mercantil S.A. em 30 de junho de 2011, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

## Ênfase

## Limites Operacionais Regulatórios

A nota 22 esclarece que em decorrência da contabilização dos ajustes sobre a posição patrimonial de 30 de novembro de 2010, os limites operacionais regulatórios na data-base de 31 de dezembro de 2010, apurados de forma consolidada pelo controlador Banco Panamericano S.A. ("Banco"), encontravam-se desequilibrados dos limites requeridos pelo Banco Central do Brasil. Durante o primeiro semestre de 2011 foram aportados recursos ao Banco, no valor de R\$ 1.300 milhões e também vinculados em garantia títulos públicos, no valor de R\$ 463 milhões de forma a atender aos limites operacionais regulatórios mínimos. A Administração do Banco, em conjunto com seus acionistas, entende que as alterações societárias e as medidas operacionais e financeiras que estão

	2011		2010	
	Ativo (passivo)	Receitas (despesas)	Ativo (passivo)	Receitas (despesas)

<b>Outras obrigações - diversas</b>				
Banco Panamericano S.A.	-	-	(767)	-
Panamericana Seguradora S.A.	(149)	-	-	(28)
Panamericano Prest. de Serviços Ltda.	-	-	(50)	-
<b>Outras despesas administrativas - Serviços prestados</b>				
Panamericano Administradora de Cartões de Crédito Ltda.	-	-	-	(450)
Panamericano Prest. de Serviços Ltda.	-	-	-	(2.100)
Panamericana de Seguros S.A.	-	(179)	-	(83)

## 20. BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

A Companhia contribui mensalmente para a Multiprev - Fundo Múltiplo de Pensão, entidade de previdência privada aberta, com um percentual sobre a folha de pagamento, com o objetivo de complementar os benefícios prestados pela previdência social em um plano de contribuição definida, sendo esta a única responsabilidade da Companhia como patrocinadora. No semestre findo em 30 de junho de 2011, a Companhia mantinha 121 participantes ativos, sendo o montante de sua contribuição de R\$ 80 (172 participantes e contribuição de R\$ 63 em 2010).

## 21. LIMITE OPERACIONAL - ACORDO DA BASILEIA

O Banco Central do Brasil divulgou os Comunicados nº 12.746/04, nº 16.137/07 e nº 19.028/09, que tratam do cronograma para a implantação no Brasil do Novo Acordo de Capitais da Basileia (Basileia II). O Acordo prevê a implantação de abordagens que permitam a mensuração dos riscos incorridos pelas instituições e a exigência de capital regulatório correspondente, representada pelo Patrimônio de Referência Exigido (PRE), conforme Resolução nº 3.490/07, que deve ser confrontado com o Patrimônio de Referência (PR), conforme Resolução nº 3.444/07.

A Panamericano Arrendamento Mercantil S.A., como parte integrante do Conglomerado Panamericano, tem seus limites operacionais calculados de forma consolidada com os de seu controlador, o Banco Panamericano.

Em novembro e dezembro de 2010, com a nomeação de nova Diretoria Executiva, foi iniciada uma ampla verificação dos processos e registros contábeis, que resultaram em ajustes adicionais no Banco Panamericano aqueles apurados anteriormente pelo Banco Central do Brasil, os quais impactam negativamente a estrutura financeira e econômica do mesmo. Os ajustes efetuados resultaram no desequilíbrio dos Limites Operacionais do conglomerado do Banco Panamericano.

Em janeiro de 2011, houve alteração no quadro de acionistas, com a entrada do BTG Pactual como acionista controlador, em substituição do Grupo Silvio Santos. Em decorrência desse fato, a CAIXA e o Banco Panamericano, com a intervenção do BTG Pactual, firmaram Acordo de Cooperação Operacional pelo prazo de 8 (oito) anos, podendo ser prorrogado, para o fornecimento de relevante suporte ao Banco, o que possibilitará a reconstituição do seu equilíbrio patrimonial e viabilizará a construção de uma estrutura de capital robusta. Nesse contexto o desequilíbrio observado no último bimestre de 2010, foi revertido em fevereiro de 2011, com a recomposição da estrutura de capital do conglomerado, viabilizada a partir do novo arranjo societário.

## 22. DEMONSTRATIVO DE ANÁLISE DE SENSIBILIDADE

As instituições financeiras possuem limites e controles de riscos e alavancagem regulamentados pelo BACEN, os quais são definidos e autorizados pela Administração. As operações e seus respectivos instrumentos financeiros são segregados nas seguintes Carteiras: